

A Santa Sé e a criação da prelazia de Diamantino em Mato Grosso (1929)

Jérri Roberto Marin

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campo Grande - Mato Grosso do Sul - Brasil
jerrimarin@gmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a criação da prelazia de Diamantino, em 1929, projeto do arcebispo D. Francisco de Aquino Corrêa para reorganizar a arquidiocese de Cuiabá. A proposta tramitou entre os anos de 1925 e 1929, sendo reformulada quatro vezes devido às discordâncias entre o episcopado mato-grossense sobre os limites territoriais. Neste contexto, a Santa Sé pretendia expandir o número de circunscrições eclesiais e assegurar a presença da Igreja Católica entre as populações indígenas, porém prezava pela unidade do episcopado e, por isso, as divergências deviam ser superadas por meio de negociações diplomáticas. Pretende-se contribuir para os estudos sobre a criação de novas circunscrições eclesiais no Brasil, sobretudo em Mato Grosso. As fontes que permitiram o desenvolvimento da pesquisa foram obtidas na Hemeroteca Digital e no Arquivo Apostólico Vaticano.

Palavras-chave: Santa Sé. Dioceses. Mato Grosso. Província Eclesiástica de Cuiabá. Prelazia de Diamantino.

Considerações iniciais

Neste artigo¹ analiso os projetos para criar a prelazia de Diamantino, entre os anos de 1925 e 1929, apresentados pelo arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa. As propostas iniciais geraram desentendimentos e tensões entre os bispos mato-grossenses, que disputavam os mesmos territórios eclesiais e populações. D. Luiz Marie Galibert, bispo de Cárceres, e Pedro Massa, administrador apostólico de Porto Velho, não consentiram sua criação por razões distintas: Massa não desejava ceder as terras mais salubres da prelazia, enquanto D. Galibert questionava os limites geográficos indicados e defendia a criação da prelazia de Guajará-Mirim.

Diante disso, a proposta de D. Aquino sofreu quatro alterações, e os representantes pontifícios atuaram como mediadores a fim de conciliar os interesses dos bispos, de preservar a unidade do episcopado e de evitar incidentes diplomáticos com a

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – Bolsista Capes – Proc. Nº BEX 2372/15-0.

Santa Sé. As negociações para resolver a questão envolveram o episcopado mato-grossense, a Nunciatura Apostólica e a Sagrada Congregação Consistorial.

A Santa Sé, nesse contexto, desejava ampliar o número de circunscrições eclesiais católicas² no Brasil. No entanto, para isso, era necessário atender os requisitos mínimos (território, população, catedral e rendas para o sustento do prelado) e ter o aval de todas as partes envolvidas nos desmembramentos territoriais. Porém, os entendimentos sobre as dimensões e as populações dos territórios eclesiais tinham como referência a realidade europeia, gerando tensões com o episcopado, que alegava que a Santa Sé desconhecia as singularidades do Brasil. Em Mato Grosso, por exemplo, havia paróquias, prelazias e dioceses extensas e com baixa densidade populacional. Por esse motivo, o estudo proposto é de suma importância por possibilitar a reflexão e a compreensão do cenário de disputas e de interesses pertinentes aos agentes analisados.

A criação e a expansão das circunscrições eclesiais católicas ainda não se consolidaram como objetos de pesquisas no Brasil, mas têm chamado a atenção de alguns estudiosos. A maioria das pesquisas enfocam a região Sudeste, mas observa-se a diversificação das regiões analisadas (MARIN, 2021c). Sobre as circunscrições eclesiais em Mato Grosso, destacam-se as pesquisas de Marin (2023, 2021c; 2021d; 2022), que estudou a elevação da prelazia de Cuiabá à condição de diocese, em 1827, a criação da Província Eclesial de Cuiabá (tendo como sufragâneas as dioceses de Corumbá e Cáceres), em 1910, e a criação da prelazia de Registro do Araguaia, em 1914.

As fontes que permitiram o desenvolvimento da pesquisa foram obtidas no Arquivo Apostólico Vaticano, que possui em seu acervo documentos privilegiados para a compreensão da história da Igreja Católica no Brasil. A vasta documentação da nunciatura brasileira, por exemplo, permite compreender as estratégias, as relações de

² De acordo com Marin (2021c, p. 20), as circunscrições eclesiais católicas são divisões territoriais, pastorais e administrativas, cujo objetivo é organizar e tornar mais eficaz a gestão e o controle das populações e do território. Seus modelos paradigmáticos são as paróquias, missões, prefeituras apostólicas, vicariatos apostólicos, prelazias, dioceses e arquidioceses. A paróquia é uma subdivisão formada por um território religioso e uma população subordinada eclesiasticamente a um pároco. Diocese, prelazia, vicariato apostólico, prefeitura apostólica e missão compreendem determinada área territorial e populacional e agrupam várias paróquias, sendo uma unidade organizacional fundamental do poder pastoral. As prelazias, vicariatos apostólicos, prefeituras apostólicas e missões, no entanto, são hierarquicamente inferiores às dioceses e seu *status* é temporário, ou seja, após atingirem certo desenvolvimento religioso, podem ser elevadas à condição de diocese. A maior autoridade eclesial das dioceses é o bispo, que reside na cidade-sede, onde se localiza a catedral, edifício religioso mais importante. As dioceses, prelazias e prefeituras apostólicas estão agrupadas e organizadas em províncias eclesiais e são chefiadas por um arcebispo metropolitano, hierarquicamente superior aos bispos e prelados, mas que exerce uma jurisdição e supervisão limitada sobre elas. Prelados, bispos e arcebispos estavam, por sua vez, subordinados ao sumo pontífice.

poderes e as políticas da Santa Sé. Os representantes pontifícios, como diplomatas, assumiam funções políticas, administrativas e religiosas, sendo um “artífice operoso” da Santa Sé, adequando-se às diretrizes do pontífice. Era o cooperador, o integrador, o diplomata e o intérprete do cenário político, econômico, cultural e religioso. Cabia a ele estabelecer negociações com a hierarquia eclesiástica brasileira, com as elites e com o governo, além de informar os “pormenores do perfil ou da vida dos líderes políticos brasileiros”, classificando-os em “bons católicos”, ateus, maçons, positivistas, liberais e hostis à Igreja Católica (ROSA, 2015, p. 50). O objetivo era combater os inimigos e organizar os aliados a fim de influir na política nacional. Suas impressões, avaliações, propostas e informações, ao refletirem sobre a realidade brasileira, influenciaram as políticas externas do Vaticano e as intervenções sobre a Igreja Católica no Brasil. Por essas razões, a consulta aos arquivos permite olhares mais abrangentes sobre a história, a política e a religião, entre outros aspectos.

A Santa Sé e a criação de novas circunscrições eclesiásticas

A partir da adoção do regime republicano houve uma excepcional expansão institucional da Igreja Católica no Brasil. Em 1889, o Brasil constituía uma única província eclesiástica, compreendendo a arquidiocese da Bahia e 11 dioceses; em 1900, havia 17 dioceses; em 1910, 30; em 1915, 38. Em 1930, havia 16 arquidioceses, 50 dioceses e 20 prelazias, e foram designados mais de 100 bispos. Essa expansão também ocorreu em Mato Grosso, com a criação das dioceses de Cáceres e Corumbá e a elevação de Cuiabá a arquidiocese, em 1910, a criação da prelazia de Registro do Araguaia, em 1914, e a criação das prelazias de Diamantino e Guajará-Mirim, em 1929. Os objetivos desse crescimento eram dinamizar sua presença na sociedade, implantar as reformas católicas,³ fortalecer a Igreja Católica frente ao Estado, combater a crescente secularização da sociedade e a expansão das religiões e das ideologias concorrentes. A expansão institucional, como estratégia, permitiu ampliar o controle religioso em todo

³ Conjunto de reformas implantadas pela Santa Sé no Brasil a partir de meados do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX. Entre elas: combater a modernidade, os inimigos ideológicos e as religiões concorrentes; disciplinar o clero e os fiéis; revitalizar as ordens religiosas; importar congregações e ordens religiosas europeias; controlar as irmandades e as confrarias; promover a ação missionária no interior do Brasil; intensificar a catequese entre as populações indígenas; prestar assistência religiosa aos imigrantes; reformar o ensino e a disciplina nos seminários; fundar seminários e escolas católicas.

o território nacional e adequar a instituição “às necessidades sociopolíticas e religiosas específicas de cada unidade federativa” (AQUINO, 2012, p. 23, 30, 82).

A Santa Sé pretendia dividir as prelazias, dioceses e arquidioceses mais extensas e as que tinham maior ou menor população e densidade demográfica. Nessa conjuntura, havia a convicção de que quanto menor a extensão territorial mais produtiva seriam a gestão episcopal, o atendimento religioso das populações e o controle social. Tal fator tornaria mais eficiente a governabilidade dos territórios eclesiais, uma vez que aumentaria o poder pastoral dos bispos para imporem normas, regulamentos, mecanismos disciplinares sobre a população, o clero e os fiéis, que seriam individualizados, vigiados, mobilizados e eventualmente punidos.

Foucault define governabilidade como “o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população”, ou seja, é o “‘governo’ sobre todos os outros — soberania, disciplina — e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo” e de “saberes” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144). Assim, era desejável que novas circunscrições eclesiais fossem criadas, dando origem a novas arquidioceses, dioceses, prelazias, prefeituras apostólicas e vicariatos apostólicos. Apesar disso, nas primeiras décadas do século XX, a expansão institucional proposta pela Santa Sé enfrentou resistências do episcopado brasileiro, superadas por meio de negociações, transferências ou imposição da renúncia aos bispos relutantes e pouco empreendedores (MARIN, 2021b; MARIN, 2021c). Outras vezes, aguardava-se o falecimento do prelado, do bispo ou do arcebispo e, posteriormente, era nomeado para o posto um indivíduo considerado empreendedor e que comungasse com os projetos da Santa Sé. A partir da década de 1920, sob a liderança de D. Sebastião Leme, houve maior alinhamento dos representantes pontifícios e da hierarquia eclesial brasileira com a Santa Sé (MARIN, 2018).

Os trâmites burocráticos para criar uma circunscrição eclesial católica poderiam levar vários anos e iniciavam-se de duas formas: quando o projeto de divisão partia de uma iniciativa do episcopado ou do representante pontifício. No primeiro caso, a primeira etapa consistia em obter o consentimento do representante pontifício, que consultava a Sagrada Congregação Consistorial e, em alguns casos, a Secretaria de Estado e, em seguida, passava a instruir o processo de divisão. No segundo caso, o

representante pontifício impelia o episcopado a dividir os seus territórios eclesiásticos, sendo sua atuação orientada ou consentida pela Santa Sé.

A base geográfica da jurisdição espiritual e administrativa dos bispos, arcebispos ou prelados era o território eclesiástico que estava sob a sua jurisdição, e para desmembrar qualquer porção era imprescindível o seu consentimento. Uma diocese, por exemplo, era compreendida como um território eclesiástico governado por um bispo, a maior autoridade local. Nos projetos de divisão deveriam constar, por exigência da Sagrada Congregação Consistorial, dados históricos, geográficos, estatísticos, mapas, justificativas para o desmembramento, além da delimitação do território, de informações sobre patrimônio, rendas, clero, obras sociais e, por fim, do consentimento de todos os envolvidos e parecer *in domino*. Para prelazias, vicariatos apostólicos e prefeituras apostólicas, no entanto, era necessário que uma ordem ou congregação religiosa se comprometesse em assumir a sua administração. Além disso, para ser avaliada em sessão plenária da Sagrada Congregação Consistorial era impresso um dossiê em que contavam o histórico do pedido, seus desdobramentos e todas as informações exigidas. Após aprovação, a proposta era encaminhada à sanção do pontífice.

A Santa Sé também pretendia expandir as circunscrições eclesiásticas em regiões povoadas por indígenas. Desde a década de 1910, acirraram-se as disputas entre a Igreja Católica e o Estado pela tutela e gestão das populações indígenas, pois o governo, por meio das políticas indigenistas em vigor e do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), pretendia excluir a participação das instituições religiosas e oferecer uma assistência leiga. Por meio do SPI, o Estado brasileiro se responsabilizaria pelas ações diante dos índios ao instituir “códigos legais regulares da ação indigenista, implementadas por uma nova malha administrativa baseada em postos e inspetorias” (FREIRE, 2009, p. 78). Nesse sentido, a proposta de proteção, assistência e integração social do SPI previa o “fim do monopólio da Igreja Católica sobre a catequese” e a implantação da “hegemonia do positivismo como força motriz do novo ordenamento institucional de tutela e o predomínio da ideia de demarcação de territórios necessários à existência dos índios a serem protegidos pelas forças militares do Estado” (MONTERO, 2017, p. 209).

A Santa Sé e a hierarquia eclesiástica, por sua vez, lutavam para desestruturar o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e para combater a política indigenista do Estado. Diante disso, intensificaram-se os enfrentamentos em torno da secularização do aparato estatal, pelo monopólio da tutela dos índios, por verbas e pelo apoio da opinião pública.

A Santa Sé defendia a participação da Igreja entre os indígenas e a cooperação entre os dois poderes. Já os defensores da catequese laica acreditavam que a participação da Igreja impedia a concretização dos ideais republicanos, a laicização do Estado e a separação entre Igreja e Estado (MARIN, 2021a).

Desde 1907, ganharam repercussão internacional as denúncias de escravização, maus-tratos e extermínio de indígenas em Putumayo, região fronteira entre o Peru, Colômbia e Brasil. Pio X reagiu publicando a encíclica *Lacrimabili Statu Indorum* (“Sobre o deplorável estado dos índios”), em 7 de junho de 1912, em que propôs a colaboração entre os poderes temporal e espiritual, além de várias intervenções, como a criação de circunscrições eclesiais em áreas indígenas com o objetivo de assegurar a participação da Igreja Católica. A criação da prelazia de Registro do Araguaia, por exemplo, ocorreu em meio às tensões entre o SPI e a Igreja Católica. A iniciativa partiu da Santa Sé e foi imposta ao arcebispo D. Carlos Luiz D’Amour por meio da submissão hierárquica. O objetivo era proteger as missões salesianas e assegurar tanto a presença da Igreja Católica entre os indígenas quanto as verbas governamentais (MARIN, 2022).

Na década de 1920, surgiram denúncias sobre a escravização e o extermínio de indígenas nas regiões extrativistas de borracha e de mineração do Brasil (SACRA CONGREGAZIONE, 1926). Em Mato Grosso expandiu-se a ocupação com o avanço das lavouras, da pecuária, da extração da borracha e da goma. Houve também o incremento da garimpagem (BARROSO, 2002; BAXTER, 1988). Como decorrência, intensificaram-se os conflitos que envolviam a sociedade dominante e os grupos indígenas. Diante disso, a Sagrada Congregação Consistorial admoestou o episcopado brasileiro sobre a necessidade de proteger e evangelizar os “caboclos e indígenas” que se encontravam “em estado selvagem”, por meio da criação de missões religiosas⁴ e de circunscrições eclesiais.⁵ Recomendava-se também a mobilização da sociedade sobre a importância de cooperar com as missões católicas no território brasileiro para aumentar as doações e os apoios políticos às iniciativas da Igreja Católica. A ofensiva deveria envolver a Santa Sé, a Nunciatura Apostólica, as ordens e as congregações religiosas, o clero secular, o episcopado e a sociedade (MARIN, 2022). Outras preocupações eram o avanço do protestantismo no Brasil e a sua presença junto aos

⁴ Os salesianos, por exemplo, criaram missões no Alto Rio Negro, tais como São Gabriel da Cachoeira, em 1916, Taracuá, em 1923, e Iauareté, em 1928.

⁵ Na ofensiva foram criadas as prelazias de Registro do Araguaia, em 1914, Acre e Purus, em 1919, São José do Alto Tocantins e Porto Velho, em 1925, Lábrea, em 1925, Sant’Ana da ilha do Bananal, em 1926, Gurupi, em 1928, Marajó, em 1928, Guajará-Mirim, em 1929, Diamantino, em 1929, entre outras.

indígenas, pois pastores protestantes teriam tentado fundar em Mato Grosso “duas missões” entre os indígenas (LARI, 1927a). De acordo com D. Galibert, os protestantes estavam “andando por todos esses rios” e a “procura dos Índios” (BOURDOUX, 1926, [s.p.]).

As denúncias e as repercussões de Putumayo e o acirramento da concorrência com protestantes e espíritas fortaleceram as reivindicações da Santa Sé para que os Estados colaborassem com a defesa e a propagação da religião católica, favorecendo sua presença junto aos indígenas e apoiando-a financeiramente e oferecendo condições para que a Igreja Católica se expandisse. Outra ofensiva da Santa Sé foi incrementar a presença institucional e a interiorização de padres estrangeiros nas regiões onde havia grande concentração de populações indígenas, criando missões, paróquias, prelazias, prefeituras apostólicas e dioceses.

D. Aquino e os projetos para criar a prelazia de Diamantino

D. Aquino, na carta pastoral *Testamento do Vosso Arcebispo*, publicada em 1948, em comemoração ao seu vigésimo quinto aniversário como arcebispo, rememorou os empreendimentos da sua gestão, como a criação das prelazias de Diamantino e da Chapada dos Guimarães. Ele revelou que desde a sua posse como arcebispo, em 1922, estava preocupado com “as vastíssimas zonas francamente povoadas, ou ainda habitadas por selvagens e pagãos, as quais constituíam máxima parte do território da Arquidiocese” (CORRÊA, 1985c, p. 294). A solução encontrada foi desmembrar algumas paróquias “cujo abandono mais [o] inquietava”, a fim de elevá-las à condição de prelazias *nullius*⁶ (CORRÊA, 1985c, p. 294). A paróquia de Diamantino, por exemplo, foi erigida em 1811 e teve párocos residentes até 1870, quando passou a ser atendida, esporadicamente, ou por vigários de Rosário e Brotas ou por visitas pastorais e missionárias.

A reestruturação da arquidiocese começou a ser implementada por D. Aquino por ocasião dos preparativos para as comemorações do bicentenário da criação da diocese de Cuiabá,⁷ em 1925, quando projetou criar as prelazias de Diamantino e da Chapada dos Guimarães. Sua intenção era confiar suas administrações a duas ordens ou congregações

⁶ *Nullius* designa as circunscrições eclesiásticas (prelazias e abadias) que não pertencem a nenhuma diocese e são administradas por um prelado ou abade. Quando alcançam determinado desenvolvimento religioso são elevadas à condição de diocese.

⁷ Os festejos foram realizados em julho de 1926, no Rio de Janeiro.

religiosas distintas, exceto os salesianos, a fim de diminuir sua participação em Mato Grosso e de diversificar os institutos (CORRÊA, 1985c, p. 294). No entanto, de acordo com D. Aquino, a maior dificuldade era encontrar alguma ordem ou congregação que aceitasse o trabalho, sendo as negociações demoradas, podendo levar anos, devido às respostas negativas, que eram justificadas pela falta de pessoal, de recursos financeiros e das adversidades ligadas à realidade de Mato Grosso (CORRÊA, 1985c, p. 114).

Em 1925, o visitador apostólico Marcello Rénaud⁸ esteve em Mato Grosso a fim de inspecionar a província eclesiástica de Cuiabá. Na cidade de Livramento, encontrou-se com D. Galibert e D. Aquino para tratar de “varios assumptos de grande interesse”, entre eles a criação da prefeitura apostólica de Diamantino, proposta por D. Aquino, além dos planos de D. José Maurício da Rocha, bispo de Corumbá, que previa a extinção da diocese de Cáceres, a fusão do seu território com a diocese de Cáceres, e a transferência de D. Galibert para Corumbá. Nesse caso, entretanto, Galibert “deveria apresentar seu pedido de demissão como Bispo de Cáceres” (NO LIVRAMENTO..., 1925, p. 2; BIENNÈS, 1987, p. 136).

Segundo Biennès (1987, p. 135), as propostas não agradaram a D. Galibert, que teria ficado “desacorçoado”. Desde que soubera da extinção da diocese de Cáceres e da sua transferência para Corumbá, onde ficaria a sede episcopal, ficou atônito e desiludido. A princípio, afirmou que se submeteria às decisões da Santa Sé, mas, posteriormente, sugeriu que permanecesse na cidade de Cáceres e que seu sucessor assumisse o posto em Corumbá. Por fim, ameaçou renunciar caso fosse transferido para Corumbá. Galibert, ao refletir sobre as questões propostas, considerou-as inadequadas, pois a fusão das dioceses não melhoraria a escassez de rendas, ao contrário, agravaria os problemas da assistência religiosa à população devido às grandes distâncias geográficas e à escassez de clero. Como solução para o impasse, apresentou duas alternativas: manter a diocese de Cáceres e erigir a prefeitura apostólica de Guajará-Mirim, cujo território seria desmembrado da diocese de Cáceres e da prelazia de Porto Velho (BIENNÈS, 1987, p. 135).

Rénaud, no relatório apresentado a Santa Sé, concluiu que, dentre todas as províncias eclesiásticas que visitou no Brasil, a de Cuiabá era “a mais digna de atenção, devido às dificuldades que lhe são próprias e às necessidades de todo o tipo que exigem remédios eficazes e urgentes” (RENAUD, 1926, p. 62). Considerou também que foi

⁸ Em fins de julho de 1922, o Papa Pio XI determinou a realização de uma visita apostólica. Marcello Rénaud foi designado para visitar as seguintes circunscrições católicas: Rio de Janeiro, Niterói, Taubaté, São Paulo, Campinas, São Carlos, Botucatu, Curitiba, Cáceres, Registro do Araguaia, Corumbá, Cuiabá, Mariana, Campanha, Caratinga e Aterrado (VISITA, 1926, p. 4-5).

prematura sua criação, em 1910, por erigir duas dioceses sufragâneas com grande extensão territorial, sem clero e patrimônio, com um pequeno número de paróquias (LE BRESIL, 1924-1925). Para Rénaud (1926, p. 62-63), um dos problemas da província eclesiástica era a divisão imperfeita das dioceses que dificultava a assistência religiosa aos índios, cuja evangelização deveria ser realizada com urgência, pois os protestantes pretendiam “*estabelecer missões [índigenas] em Mato Grosso*”. Para resolver essas dificuldades, aconselhou a reorganização dos limites das dioceses e a criação de prefeituras apostólicas para as regiões povoadas por indígenas no Norte de Mato Grosso. Assim, em 1926, ano da celebração do centenário da fundação da diocese de Mato Grosso, deveria ser realizada “essa tarefa tão importante” (RENAUD, 1926, p. 62-63, grifo do autor). O projeto, apesar de ser fácil de ser executado, apresentava, segundo Rénaud, dificuldades, em função das características do episcopado mato-grossense e da sua falta de capacidade produtiva e administrativa:

Espera-se que este trabalho seja completado em grande parte pelo episcopado de Mato Grosso. Mas ai de mim! O arcebispo de Cuiabá está indeciso; o bispo de Cáceres, tímido, e o de Corumbá parece ter perdido todo o entusiasmo pelo que diz respeito a essas regiões. Quem vai lidar com isso de forma eficaz?

A solução a ser determinada dependerá em parte do acordo entre os Franciscanos e os Salesianos; mas é claro que eles não concordam sobre muitas questões. E essa é a causa que justifica o recente abandono de Cuiabá pelos Franciscanos. Eu me convenci que esse aspecto influenciará a questão atual. Espero, porém, que a prudência e a experiência da Santa Sé consigam superar essas dificuldades (RENAUD, 1926, p. 63).

Rénaud (1926) deu parecer contrário ao reordenamento das dioceses de Corumbá e Cáceres, proposto por D. José Maurício, assim como à transferência de D. Galibert para Corumbá. Quanto à criação da prefeitura apostólica de Diamantino, ele deu parecer favorável e recomendou que D. Galibert cedesse parte do território da diocese de Cáceres para criá-la. No que se refere à prefeitura apostólica de Guajará-Mirim, indeferiu a proposta ao considerar que a assistência religiosa oferecida às populações indígenas da região Norte de Mato Grosso fora viabilizada com a criação da prelazia de Porto Velho e seria melhorada com a futura prefeitura apostólica de Diamantino (DE LAI, 1926).

Para Egídio Lari (1927a, p. 5), encarregado dos negócios da Santa Sé no Brasil, a extinção da diocese de Cáceres seria “um dano” e, por isso, “não convinha uni-la a outra”. Considerou também que a “atividade missionária exemplar” de D. Galibert “e dos seus confrades desaconselhava a sua transferência para Corumbá”, sobretudo devido à disposição de D. Galibert para renunciar caso fosse transferido para Corumbá. Outro

inconveniente da transferência seria o fato de que na diocese de Corumbá atuavam os salesianos, os quais “não aceitariam estar subordinados a um bispo franciscano” (LARI, 1927a, p. 10).

Dando prosseguimento à reorganização da província eclesiástica, Gaetano De Lai, prefeito da Sagrada Congregação Consistorial, solicitou, em 1926, que D. Aquino elaborasse o projeto de criação da prefeitura apostólica de Diamantino e que o representante pontifício instrísse o processo (DESMEMBRAZIONE, 1929, p. 1). D. Galibert, por sua vez, apresentou o projeto para criar a prefeitura apostólica de Guajará-Mirim. O memorando trazia informações históricas, geográficas e religiosas, além de dados estatísticos sobre as populações (GALIBERT, 1926).

Ao encaminhar o projeto à Nunciatura Apostólica, em outubro de 1926, D. Aquino se desculpou pelas informações geográficas, demográficas e religiosas imprecisas e solicitou “paciência” e “indulgência” (CORRÊA, 1926b). Também alegou que das nove paróquias da arquidiocese apenas cinco estavam providas, sendo as demais visitadas esporadicamente por ocasião das festas dos padroeiros (PROGETTO, 1926, p. 2). A arquidiocese teria aproximadamente 400.000 km² e 50.000 habitantes, e o clero era constituído por 3 padres seculares e 11 salesianos (a maioria atuava nas escolas) (RÉNAUD, 1926, p. 47-48). Segundo D. Aquino, tendo uma “população diminuta, mas disseminada, em núcleos afastados, por toda uma vastidão territorial de quase 400 mil quilômetros quadrados, torna-se, na mor parte, inacessível à ação do sagrado ministério” (CORRÊA, 1985a, p. 112). Esse cenário de desamparo religioso foi atribuído à escassez de clero regular e ao descrédito no clero secular, diante das dificuldades de vigiá-los e discipliná-los. A escassez de rendas impossibilitava o provimento das paróquias, pois não poderiam manter um “único padre” (CORRÊA, 1927c).

A paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai, que abrangia o município de Diamantino, era a que mais preocupava D. Aquino. Ela estava vacante desde o ano de 1870 e ficava muito distante da sede arquiépiscopal – cerca de 220 km, que deveriam ser percorridos apenas a cavalo. Outro problema era a sua pobreza material, o que não permitia seu provimento, pois o pároco não teria recursos para sobreviver (CORRÊA, 1985a, p. 112). A extensão territorial era estimada em 114.853 km² e teria uma população de 4.475 habitantes, excetuando-se os indígenas, cujo número era desconhecido. De acordo com D. Aquino, nessa “grande área ainda selvagem”, viviam “muitas tribos mais ou menos bárbaras” (CORRÊA, 1926a). D. Aquino referia-se aos indígenas como infieis, miseráveis, pagãos, bárbaros, infelizes, idólatras e selvagens, uma

vez que na escala evolutiva estariam mais próximos da animalidade do que da humanidade. Ao considerar que estavam num estágio de selvageria e aviltamento, defendia que, por “caridade” cristã e cívica, deveriam ser cristianizados e civilizados (CORRÊA, 1985c, p. 294).

D. Aquino pretendia criar a prefeitura apostólica de Diamantino para consolidar a presença da Igreja Católica naquela região e, sobretudo, cristianizar os indígenas:

A posição geográfica de Diamantino, à beira de imensurável sertão, povoado de numerosas tribos de índios, veio favorecer os nossos desejos de acudir-lhe ao longo desamparo. Ocorreu-nos, espontâneo, o pensamento de fazer, daquela freguesia, um centro de catequese, de maneira que, atendendo às necessidades espirituais da sua população católica, se cuidasse, ao mesmo tempo, da civilização cristã de tantas e tão miserandas almas de infelizes, que ainda hoje vagueiam no fundo das suas florestas e campos (CORRÊA, 1985a, p. 113).

Sua intenção era tornar Diamantino, por sua posição estratégica, um centro catequético, como estratégia para promover o desenvolvimento econômico naquela região. Essa foi apresentada como “muito rica”, em virtude das minas de diamantes e do extrativismo da *hevea brasiliensis* (seringueira), da *castilla elastica* (planta da borracha do Panamá) e de várias espécies de caucho (CORRÊA, 1926a).

Entre as preocupações do arcebispo estava a ampliação dos conflitos no Norte de Mato Grosso, envolvendo as populações indígenas e os sitiados, mineradores, pecuaristas e seringueiros. Para D. Aquino (1985a, p. 113-114, 124-125), sua pacificação traria benefícios aos extrativistas, aos proprietários rurais, às elites mato-grossenses e ao governo estadual, pois a “missão evangelizadora” da Igreja Católica tinha como fim cristianizar, pacificar e favorecer a ocupação das terras indígenas e o incremento das atividades econômicas pelos “brancos” (CORRÊA, 1985a, p. 113). D. Aquino também estava preocupado com a expansão dos protestantes entre os indígenas e com o SPI, que tinha ampliado a sua inserção em Mato Grosso ao atuar entre diversos grupos da etnia Nhambiquara, acirrando as tensões com a Igreja Católica. Diante da concorrência, defendia a expansão da catequese religiosa e a “maior organização das missões católicas em Mato Grosso”, a fim de auxiliar os salesianos na tarefa civilizatória. Para tal, defendia a fundação de missões, centros catequéticos e prefeituras apostólicas:

[...] humanizar esses nossos infelizes conterrâneos, acalmando-lhes os ânimos revoltados contra os brancos, ganhando-lhes, pouco a pouco, a confiança, suavizando-lhes a vida, ensinando-lhes os primeiros rudimentos do Evangelho, [...] instruindo e educando a sua juventude, santificando-lhes as novas famílias, preparando as almas dos velhos para a vida futura, e as dos novos para a presente, realizando, enfim, toda uma obra de regeneração cristã,

que pacificou e fez prosperar aquele sertão, onde se criaram e existem hoje dois municípios e uma comarca (CORRÊA, 1985a, p. 124).

A sede da prefeitura apostólica seria a cidade de Diamantino, por ser a mais importante, com 400 moradores, e por estar interligada pela linha telegráfica. Dali, “a cavalo” poderiam ser visitadas as povoações de Arroz Sem Sal, Lagoinha, Parecis, Ponta de Pedra, Capanema, Utiariti, Juruema Vilhena e José Bonifácio. O patrimônio da futura prefeitura apostólica seria módico, assim como os recursos financeiros para sustentar o prelado e o clero, devendo ser constituído por meio de doações (CORRÊA, 1926a).

Egídio Lari apontou ressalvas na proposta de D. Aquino ao tomar conhecimento do número de habitantes, considerado “pouco numeroso”, 4.475 habitantes, sem incluir os indígenas (LARI, 1927c). Como solução, propôs que D. Aquino aumentasse a extensão territorial para abranger áreas mais populosas. D. Aquino, por sua vez, reformulou o projeto e propôs que o território da prefeitura apostólica incorporasse áreas que pertenciam à diocese de São Luiz de Cáceres e à prelazia de Porto Velho, entre elas a cidade de Guajará-Mirim. O território era estimado em 354.654 km² e compreendia a região Centro-Norte de Mato Grosso, sendo delimitado de forma imprecisa, pois o único mapa minimamente confiável era a carta geográfica de Mato Grosso, confeccionada em 1918. D. Aquino acreditava que D. Galibert e Pedro Massa não iriam indeferir a proposta, uma vez que a principal preocupação do episcopado mato-grossense era solucionar o abandono espiritual daquela região, cuja responsabilidade os franciscanos e os salesianos não poderiam atender pela escassez de sacerdotes (CORRÊA, 1927c).

Para viabilizar o projeto de D. Aquino era necessário que Pedro Massa e D. Galibert cedessem parte dos territórios das suas circunscrições eclesiais, e cabia ao representante pontifício consultá-los.

Os conflitos entre D. Aquino, D. Galibert e Pedro Massa para reordenar os territórios eclesiais

O projeto de D. Aquino conflitava com o de D. Galibert que, para melhorar o atendimento religioso ao Norte da diocese de Cáceres, fundou, em 1921, uma missão em Guajará-Mirim, ponto terminal da via férrea Madeira-Mamoré. Em 1923, o bispo do Amazonas João Joffily solicitou parte do território da diocese para criar a prelazia de Porto Velho, e foi atendido, pois, para D. Galibert, a mudança resolveria o problema da assistência religiosa naquela região.

A prelazia de Porto Velho foi criada em 1º de maio de 1925, pelo Papa Pio XI, mas seu território não incluiu a bacia do rio Guaporé. D. Galibert havia se empenhado para que fossem anexadas as regiões dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, porém a divisão não contemplou sua proposta. Para os franciscanos, a concessão de parte do território da diocese de Cáceres fora um erro, pois a decisão privilegiou apenas os salesianos. João Luiz Bourdoux, superior geral da Terceira Ordem Regular de São Francisco, em contrapartida, afirmou que D. Galibert não tinha se “consolidado de ter perdido Guajará-Mirim”, considerado “ponto de apoio para a evangelização dos índios bravios dos rios afluentes do Guaporé” (BIENNÈS, 1987, p. 146). Na realidade, a região estava privada de assistência religiosa, sendo esporadicamente visitada por padres bolivianos ou, durante as viagens de desobriga, por D. Galibert. O vale do rio Guaporé, no entanto, era considerado estratégico para a evangelização dos indígenas e seringueiros e para combater o protestantismo, pois alguns pastores estavam “andando por todos esses rios” (BOURDOUX, 1926).

As angústias de D. Galibert agravaram-se após seu encontro com o visitador apostólico Marcello Rénaud, quando soube da proposta de fusão das dioceses de Corumbá e Cáceres e da sua transferência para Corumbá. Como reação, ele defendeu que Cáceres continuasse com o *status* de diocese e que fosse criada uma prefeitura apostólica em Guajará-Mirim, cujo território compreenderia o vale do rio Guaporé, isto é, uma extensão de 120.000 km² e 28.000 habitantes. A sede seria a própria povoação de Guajará-Mirim e seu território incorporaria toda a bacia do rio Guaporé, sendo, para tanto, desmembrados 120.000 Km² da diocese de Cáceres e 50.000 Km² da prelazia de Porto Velho. A administração ficaria a cargo dos franciscanos terciários que, inclusive, tinham se planejado para assumir o novo campo missionário com o envio de missionários europeus (BIENNÈS, 1987, p. 146).

Em 1925, Bourdoux viajou de Paris para Roma para defender, junto a Gaetano De Lai, a criação da prefeitura apostólica de Guajará-Mirim. Ele alegou que os franciscanos atuavam em Mato Grosso desde 1904 e, portanto, conheciam aquela região. Além disso, comprometeu-se a enviar novos missionários a Cáceres. Com relação ao consentimento de D. Galibert em ceder parte do território para criar a prelazia de Porto Velho, Bourdoux esclareceu que se tratava apenas de “uma parcela” do território da diocese, ou seja, a maior parte do território pertencia a Cáceres e somente uma paróquia fora desmembrada da diocese de Manaus.

Ao criticar os salesianos, Bourdoux expôs que não eles poderiam prestar uma eficaz assistência religiosa naquela região em virtude da escassez de pessoal e também estavam impedindo os franciscanos de atuarem no local:

Muito obrigado aos Salesianos que quiseram nos tolher todo meio de progredir desse lado. É uma verdadeira traição à Santa Igreja e às almas. – Si Dom Luiz não fosse tão pacífico teria escrito a Roma aonde se gosta de conhecer a verdade. Hei de fazer tudo para que escreva. Não é obrigação do Bispo defender suas ovelhas? Vinte anos há que ficamos calados, por caridade, para não maldizer dos colegas e as almas são que sofrem e perecem (BOURDOUX, 1926, [s.p.]).

Em 1926, Egídio Lari solicitou que D. Galibert elaborasse o projeto e iniciou as consultas sobre os desmembramentos territoriais (BIENNÈS, 1987, p. 138). Pedro Massa manifestou-se contrário à criação da prefeitura apostólica de Guajará-Mirim ao alegar que os 50.000 Km² que seriam desmembrados pertenciam a “melhor e mais salubre região da prelazia de Porto Velho”, isto é, a cidade de Guajará-Mirim, onde pretendia instalar um hospital. Acrescentou ainda que “seus limites tinham sido fixados há apenas dois anos” e, por isso, não era conveniente redefinir as suas áreas territoriais. Depois, Pedro Massa foi favorável à criação, mas sugeriu que fosse criada uma prelazia em vez de uma prefeitura apostólica tanto pela “sua importância territorial, quanto [...] à conveniência de preservar a unidade da hierarquia eclesiástica no Brasil” e o estreitamento de laços com as autoridades civis e com o governo (MASSA, 1927, [s.p.]).

Por fim, Pedro Massa reiterou que um dos motivos pelos quais os salesianos tinham aceitado administrar a prelazia de Porto Velho fora justamente a salubridade do clima de Guajará-Mirim e, neste sentido, o desmembramento poderia comprometer a ação missionária. Como contraproposta, ele sugeriu que o território incorporasse as paróquias de Diamantino e Rosário, que pertenciam a arquidiocese de Cuiabá, com uma população estimada de 6.000 habitantes, e parte do município de Vila Bela. Assim, seriam preservadas as delimitações territoriais dos municípios de Diamantino e Rosário, com exceção de Vila Bela, dividida entre a prelazia de Diamantino e a diocese de São Luiz de Cáceres (MASSA, 1927). O território da prelazia de Diamantino seria de 260.000 Km² e teria uma população de 20.000 habitantes, excetuando-se os indígenas. A diocese de Cáceres teria seu território reduzido a 120.000 Km² e sua população a 28.000 habitantes, sem contar os indígenas “que seriam poucos” (MASSA, 1927).

As objeções de Pedro Massa para o desmembramento do território da prelazia de Porto Velho foram aceitas por D. Aquino, o que inviabilizava a criação da prefeitura Apostólica de Guajará-Mirim:

1º O bispo de Cáceres propõe uma prefeitura apostólica, que inclui 120.000 Km², provenientes da sua diocese, e 50.000 da prelazia de Porto-Velho. O administrador desta prelazia, no entanto, contesta este desmembramento, porque tiraria a melhor área, a mais salubre e promissora da prelazia, único local onde os missionários poderão repousar e restabelecer a saúde. Por conseguinte, penso que devemos evitar isto, isto é, desmembrar o território da prelazia de Porto-Velho, pois os seus limites territoriais foram canonicamente estabelecidos há dois anos (CORRÊA, 1927c, [s.p.]).

Diante da oposição de Pedro Massa e de D. Aquino, Egídio Lari rejeitou o projeto de D. Galibert, que foi comunicado da decisão em 4 de novembro de 1927, e passou a cogitar apenas a criação da prelazia de Diamantino.

D. Aquino, por sua vez, concordou com Pedro Massa e considerou mais adequado criar uma prelazia em vez de uma prefeitura apostólica⁹ devido “a importância histórica da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai e do município de Diamantino, bem como a conveniência de preservar a uniformidade da hierarquia eclesiástica no Brasil, desejada também pelas autoridades civis da República” (CORRÊA, 1927b, [s.p.]). Apesar disso, não acatou a sugestão de incluir a paróquia de Rosário. Como alternativa, propôs nova divisão territorial, excluindo a incorporação do território da prelazia de Porto Velho (CORRÊA, 1927c). A proposta, apresentada em 4 de março de 1927, previa que o território seria proveniente da paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai, que pertencia ao território da arquidiocese de Cuiabá, e parte da paróquia de Vila Bela, que pertencia à diocese de Cáceres. A prelazia teria 234.853 Km², sendo 120.000 Km² provenientes da diocese de Cáceres e 114.853 Km² da arquidiocese de Cuiabá. A população foi estimada entre de “13 a 14.000 civilizados e numerosos indígenas que pertenciam a várias tribos”, cujo número era desconhecido (CORRÊA, 1927c, [s.p.]).

D. Aquino acreditava que D. Galibert não se oporia ao desmembramento da diocese de Cáceres, pois teria a vantagem de reduzir o território eclesiástico e melhorar a assistência religiosa às populações que viviam na região, uma vez que elas, usualmente, recebiam visitas esporádicas de padres. Presumia ainda que era dever do episcopado assegurar a assistência religiosa e também preservar a unidade de ação e de sentimentos da hierarquia eclesiástica em Mato Grosso, bem como a colaboração da Igreja Católica com as autoridades civis (CORRÊA, 1927c). D. Aquino, adotando uma postura

⁹ O episcopado brasileiro, em sua maioria, hesitava e não via com entusiasmo a criação de prefeituras apostólicas e vicariatos apostólicos, por considerar o Brasil um país cristão e civilizado. Como decorrência, poucas foram criadas. Em relação às prelazias, o preconceito era menor, pois foram criadas em regiões consideradas civilizadas.

autoritária e excludente, escreveu para Egídio Lari solicitando o encaminhamento do projeto da prelazia de Diamantino à Sagrada Congregação Consistorial (CORRÊA, 1927c).

Egídio Lari, a partir dos pareceres de Pedro Massa e de conversações com D. Aquino, sugeriu alterações no projeto, que resultaram na quarta proposta. O território da prelazia de Diamantino seria composto pela paróquia de Diamantino, que pertencia à jurisdição da arquidiocese de Cuiabá e parte do território oferecido pelo bispo de São Luís de Cáceres. Por fim, seria excluída a anexação de parte do território da prelazia de Porto Velho, “tanto por causa de recente criação, quanto porque o administrador apostólico não acreditava ser oportuno seu desmembramento” (LARI, 1927c, [s.p.]). O território da prelazia de Diamantino, entretanto, não incorporaria a região do rio Guaporé, pois ela continuaria sob a jurisdição da prelazia de Porto Velho.

Em razão disso, D. Galibert fez objeções à proposta, criticando também Pedro Massa, por não ter cedido o território para criar a prefeitura apostólica de Guajará-Mirim. Suas contestações seriam de cunho topográfico, etnológico e demográfico, isto é, D. Galibert defendia que a prelazia de Diamantino deveria compreender todo o território projetado, incluindo a bacia do rio Guaporé, tendo como limite, a Oeste e a Noroeste, a Cordilheira dos Parecis. Caso contrário, a região do rio Guaporé deveria ser restituída ao território da diocese de Cáceres, e os franciscanos se comprometiam em atendê-la, anualmente, em visitas de poucos dias em cada local, sendo excluída a catequese indígena (DESMEMBRAZIONE, 1929, p. 11-12). Apesar dos esclarecimentos, dos conhecimentos geográficos e missionários de D. Galibert e dos insistentes apelos de Bourdoux, Egídio Lari e Gaetano de Lai continuaram a defender apenas a criação da prelazia de Diamantino.

Os pareceres contrários de D. Aquino e de Pedro Massa, ao excluírem a proposta de D. Galibert, criaram tensões e conflitos territoriais que extrapolaram o reordenamento das circunscrições eclesíásticas em Mato Grosso. Agravava a controvérsia o fato de Egídio Lari não ter consultado D. Galibert sobre a cedência de parte do território da diocese de Cáceres para criar a prelazia de Diamantino. Nesse sentido, acirraram-se os conflitos entre os franciscanos e os salesianos, contexto que motivou a saída dos freis da arquidiocese de Cuiabá, em 1925. D. Aquino, desde a sua posse como arcebispo, passou a residir no Seminário da Conceição, onde funcionava, desde 1904, o convento dos franciscanos. A isso somou-se a substituição, em setembro de 1924, do frei Ambrósio Daydé da administração do jornal *A Cruz*, a fim de promover

mudanças nos conteúdos e na linha editorial a partir de uma postura mais conciliadora e respeitosa em relação às autoridades civis (OLIVEIRA, 2016, p. 78, 88-89). Em consideração a esses fatos, Bourdoux decidiu pela saída dos religiosos da arquidiocese. Entre as acusações contra os salesianos estava a ambição de administrar vários bispados e prelazias, sem se preocupar com a evangelização das populações indígenas:

Índios os Salesianos os tem bastante em suas colônias do Matto Grosso. Tomára os cuidassem como parecem. [...] Não chegam os Salesianos a dar conta do trabalho onde estão, e ainda quiseram tomar a prefeitura de Santo Antonio do Madeira.

D. Galibert ficou pasmado quando soube disso e nunca teria consentido o desmembramento da sua diocese se soubesse que havia de caber a quem não é capaz de cuidar das almas (BOURDOUX, 1926, [s.p.]).

Os freis terciários passaram a questionar o porquê de a Santa Sé conferir honras e privilégios aos salesianos, priorizando seus projetos em detrimento dos encaminhados pelos franciscanos (BIENNÈS, 1987, p. 157-158). Bourdoux criticou também o fato de seis salesianos terem sido nomeados bispos ou prelados, enquanto outras ordens e congregações religiosas não tiveram o mesmo privilégio. Inconformado, afirmou que: “Pedimos somente de trabalhar e de trabalhar no campo mais duro e mais ingrato. Nosso pedido será rejeitado até o fim?” (BIENNÈS, 1987, p. 158).

D. Galibert defendia que a região de Guajará-Mirim, povoada por indígenas, estava fora da jurisdição da prelazia de Porto Velho e que o território da prelazia de Diamantino, do modo como estava sendo proposto, iria “formar um enclave separado da diocese de Cáceres e ligado a ela por uma estreita facha de terra” (BIENNÈS, 1987, p. 156). Posteriormente, após uma reunião entre D. Galibert e D. Aquino, o arcebispo percebeu as falhas no projeto da prelazia de Diamantino e passou a defender a criação das duas circunscrições eclesiásticas. De acordo com D. Galibert, a região entre o rio Juruena e a Cordilheira dos Parecis não estava incorporada a nenhuma das jurisdições eclesiásticas de Mato Grosso:

[...] a paróquia de Diamantino chegava somente até o rio Juruena. Um grande espaço de terra sobrava, pois entre o Juruena e Cordilheira dos Parecis que não estaria na jurisdição de ninguém. Propunha que esta região ou fosse acrescentada à futura Prelazia de Guajará-Mirim ou à antiga paróquia de Diamantino, ao tornar-se Prelazia (BIENNÈS, 1987, p. 154).

D. Aquino redefiniu novamente o território da prelazia de Diamantino ao restringir seu território à paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai, que pertencia à arquidiocese de Cuiabá. Egídio Lari, nesse contexto, não colocou objeções, nem alegou que a população do município de Diamantino era diminuta. A

mudança de posicionamento de D. Aquino, entretanto, viabilizou o encaminhamento do projeto de criação da prelazia de Guajará-Mirim e Egídio Lari passou a negociar com Pedro Massa a cedência do território da prelazia de Porto Velho.¹⁰ Sem o apoio do arcebispo e pressionado pelo nuncio, Pedro Massa autorizou a transferência de parte do território da prelazia de Porto Velho.

A criação da prelazia de Diamantino

Em 4 julho de 1927, D. Aquino apresentou o novo projeto da prelazia de Diamantino, que foi encaminhado por Egídio Lari para a Sagrada Congregação Consistorial (LARI, 1927b). Porém, os cardeais ficaram insatisfeitos com o projeto e solicitaram a elaboração de um memorando que justificasse a sua criação e contivesse informações precisas sobre a delimitação do território, dados estatísticos e históricos, informações sobre patrimônio da futura prelazia e o mapa eclesiástico de Mato Grosso (ASSISI, 1927).

A formação de um patrimônio inicial para a prelazia, condição necessária para a sua criação, exigiu grandes esforços de D. Aquino. Ele apelou às doações dos católicos, de políticos e do governo estadual. Em resposta, o deputado João de Souza doou uma casa para a residência dos missionários na cidade de Diamantino. O apoio financeiro da elite local justificava-se pelo fato de a circunscrição eclesiástica inserir Diamantino na marcha rumo ao progresso e à civilização, além de contribuir para superar os estigmas de Mato Grosso, considerada uma região de atraso, de incivilidade e de barbárie. Por essas razões, a prelazia atendia aos interesses eclesiásticos, mas também aos das elites locais e dos governos estadual e municipal.

O patrimônio era constituído por duas residências, e a prefeitura de Diamantino tinha prometido doar um terreno. Como não havia previsão de rendas, estimava-se que o patrimônio e o sustento do prelado seriam obtidos por meio de coletas e doações. Segundo D. Aquino, essa era uma região “pobre”, “isolada” e formada por “sertões brutos e misteriosos, que ainda hoje demoram e se alargam pelo extremo norte e nordeste do nosso querido Estado” e, por isso, havia escassez de recursos financeiros (CORRÊA, 1985a, p. 125). Como a paróquia não estava provida de pároco há décadas, seria difícil “ter uma ideia exata de sua renda; mas parece-me que podemos calcular de três a quatro contagens de reis por ano (liras italianas de 6 a 8 mil)” e que os “missionários poderão

¹⁰ A prelazia de Guajará-Mirim foi criada em 1º de março de 1929, pela bula *Animarum Cura*, de Pio XI, com o fim de dinamizar a catequese dos índios e dos seringueiros.

obter ajuda dos governos do Estado e da União, facilidade de comprar terras, etc.” (CORRÊA, 1927c, [s.p.]). De acordo com Lari, o patrimônio era módico, porém, como justificou, “nenhuma prelazia foi fundada com patrimônio” (LARI, 1927^a, [s.p.]). Coube aos jesuítas constituí-lo por meio de doações e coletas, nas paróquias e colégios onde a ordem atuava, ou por meio da administração de sacramentos na prelazia.

Os limites da prelazia seriam o Noroeste do estado de Mato Grosso, estabelecidos de forma imprecisa e geral, “[...] por uma linha traçada das cabeceiras do rio Paranatinga às do Xingú, no limite com a Prelazia do Araguaia, e pelo Xingú abaixo até á fronteira do Pará” (CORRÊA, 1985a, p. 6). A paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai, no Diamantino, tinha 4.475 fiéis (não incluindo as populações indígenas), 114.853 Km² de extensão e distava 184 Km da capital, sendo considerada “a mais remota de todas”. De acordo com D. Aquino, já era possível chegar de automóvel, mas, anteriormente, apenas “em cavalgadas [...] á força de penosas jornadas, através de baixas e serras” (CORRÊA, 1985a, p. 112). Logo, os paroquianos, sem um pároco residente, viviam numa “[...] situação angustiosa, que ha já não poucos annos e sempre mais, vem opprimindo aquella vestuta localidade, o que tudo dificulta, se não impossibilita mesmo, a permanencia de um cura d’almas em freguezia tão isolada quão pobre” (CORRÊA, 1985a, p. 112).

A Sagrada Congregação Consistorial solicitou que fosse anexado ao processo um mapa eclesiástico de Mato Grosso. Segundo D. Aquino, a confecção de um mapa era difícil e demorada e, por isso, foi forçado a utilizar “uma daquelas cartas geográficas” que apresentavam informações imprecisas:

Estou providenciando o mappa da Archidiocese que V. Excia deseja, mas aqui as coisas são muito difíceis. Penso que serei forçado a me utilizar de uma daquelas cartas geográficas. Sua V. Excia conhece, do Estado todo, marcando os limites da Arquidiocese. Servirá? (CORRÊA, 1927^a, [s.p.]).

Os mapas de Mato Grosso não eram precisos e os geógrafos divergiam se o rio Xingu era afluente do rio Kuluene ou, ao contrário, se os rios Kuluene, Kurireu e Botavy Romuro eram afluentes do Xingu. D. Aquino, para evitar controvérsias, sugeriu que na bula papal constasse a seguinte informação: “no limite Leste encontravam-se os rios Xingu e Kuluene, região habitada por populações indígenas e não assistidas pelos salesianos, que administravam a prelazia de Registro do Araguaia” (SACRA CONGREGAZIONE, 1929, p. 3).

Para viabilizar a criação da prelazia era também necessário que alguma ordem ou congregação religiosa aceitasse a sua administração. Por isso, desde o mês de outubro

de 1926, Egídio Lari estava empenhado nessa tarefa. Nesse contexto, os jesuítas¹¹ estavam procurando uma prelazia onde pudessem atuar entre os indígenas “desde que fossem pagãos” (LARI, 1927c). De acordo com Dréneuf (1940), Rénaud, durante a inspeção às missões dos jesuítas, foi acompanhado pelo superior-geral da Ordem, Wlodimir Ledóchwski. No decorrer das visitas, ele sugeriu que a Santa Sé iria dividir várias dioceses e entregá-las “a alguma congregação religiosa, de modo que não ficasse parte alguma do sertão brasileiro a ser evangelizada” (DRÉNEUF, 1940, p. 8). Além disso, teria desejado que os jesuítas assumissem “uma destas missões e assim reatasse as suas gloriosas tradições de catequese indígena na Terra de Santa Cruz” (DRÉNEUF, 1940, p. 8). Diante disso, Ledóchwski começou a procurar um local onde pudessem atuar, com a condição de que fossem povoadas por “índios pagãos” (DRÉNEUF, 1940, p. 8). A princípio, foram oferecidas as prelazias a serem criadas em Goiás, porém ele não as aceitou (DU DRÉNEUF, 1940, p. 8).¹² Egídio Lari e D. Aquino ofereceram a administração da prelazia de Diamantino, mas Ledóchwski, antes de se posicionar, desejou conhecer a região e comprovar “se no interior há indígenas pagãos”. Para Egídio Lari, haveria desvantagens se os jesuítas assumissem a administração de uma missão, pois “permaneceriam sujeitos a autoridade do arcebispo” e a prelazia, ao contrário, teriam maior autonomia (DE LAI, 1926, [s.p.]).¹³

A visita de Ledóchwski foi aguardada com ansiedade e estava prevista para o mês de março de 1928, porém, teve de ser adiada devido ao período das chuvas e enchentes que tornavam as estradas intransitáveis. Outra preocupação era que “o norte do Estado, onde exatamente se acha Diamantino, andava invadido pelos revoltosos”, isto é, pela Coluna Miguel Costa-Prestes¹⁴ (CORRÊA, 1927^a, [s.p.]). A inspeção ocorreu no segundo semestre, quando Dréneuf percorreu a região acompanhado por outros sacerdotes jesuítas e por funcionários do Ministério da Agricultura (A CRUZ, 1928, p. 2):

¹¹ A Companhia de Jesus foi restabelecida, em 1814, pelo Papa Pio VII e, em 1843, voltou a atuar no Brasil.

¹² Neste contexto, informantes de confiança da Sagrada Congregação Consistorial teriam afirmado que a ilha do Bananal seria comprada pelos protestantes que, inclusive, estavam pressionando o governo de Goiás para agilizar a venda. Gaetano De Lai e a Nunciatura Apostólica reagiram à suposta venda propondo a criação das prelazias de São José do Alto Tocantins, criada em 1924, e de Sant’Ana da Ilha do Bananal, em 1926 (DE LAI, 1926).

¹³ Em 1928, foi nomeado como núncio apostólico Aloise Masella, dando continuidade aos trâmites.

¹⁴ Durante a passagem pela região eles cortaram os fios da linha telegráfica, interrompendo as comunicações, destruíram pontes e saquearam várias propriedades rurais, onde se apropriaram de armas, munições, alimentos e animais. Muitos moradores, amedrontados, fugiram e se esconderam em locais de difícil acesso. Após, a Coluna dirigiu-se ao Pantanal e, posteriormente, à Bolívia (SILVA, 2011, p. 86- 92).

Dos padres Jesuítas a quem respondi imediatamente a carta que me dirigiram não tive mais notícias. Entretanto, eu mesmo os aconselhei a que não viessem na época que tinham prefixado, não só por causa da estação chuvosa, imprópria para as viagens pelo interior. Como também porque naqueles meses o norte do Estado, onde exatamente se acha Diamantino, andava invadidos pelos revoltosos. A época melhor, conforme lhes escrevi, essa agora, depois da S. Paschoa. Se Mons. Lari souber alguma coisa a esse respeito, isto é, sobre o projecto dos jesuítas tenho a bondade de comunicar-me (CORRÊA, 1927^a, [s.p.]).

Dréneuf, após certificar-se que havia “tribos pagãs”, aceitou administrar e, diante desse fato, a Santa Sé aprovou a criação da prelazia (CORRÊA, 1985c, p. 294; DU DRÉNEUF, 1940, p. 9). Ledóchwski, em dezembro de 1928, formalizou o aceite para administrar a prelazia, que foi encaminhado para Sagrada Congregação Consistorial. D. Aquino, por sua vez, suplicou que a administração fosse entregue aos jesuítas, e não aos salesianos, pois esses “não teriam missionários suficientes para evangelizar o estado de Mato Grosso”. Sua intenção era diversificar as ordens e congregações religiosas que atuavam em Mato Grosso, onde predominavam os salesianos, “excetuando-se uma pequena parte”, onde atuavam os franciscanos, isto é, na diocese de Cáceres (SACRA CONGREGAZIONE, 1929, p. 5).

Na visita *ad limina apostolorum*, realizada por D. Aquino, em 1929, o Papa Pio XI afirmou que estaria “muito empenhado” na reorganização eclesiástica de Mato Grosso, “principalmente na instalação da nova Prelazia de Diamantino”, e que iria falar novamente com o superior dos jesuítas (CORRÊA, 1985b, p. 224). Na ocasião, D. Aquino solicitou que o Papa provesse com urgência a prelazia e que fosse nomeado um administrador apostólico (CORRÊA, 1985a, p. 114).

Em 22 de março de 1929, foi criada, pela bula *Cura Universae Ecclesiae*, de Pio XI, a *Praelatura Nullius Adamantea*. O território abrangia a paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai, em Diamantino, com 114.853 Km² e abrangia a “extensíssima zona setentrional da paróquia da Sé Cuiabana, compreendida por uma linha traçada das cabeceiras do rio Paranatinga às do Xingu, no limite com a Prelazia do Araguaia, e, pelo Xingu abaixo, até a fronteira do Pará” (CORRÊA, 1985a, p. 111-112). A população foi estimada em 4.500 habitantes civilizados e as populações indígenas eram estimadas por D. Galibert entre 8.000 a 9.000 e, segundo Du Dréneuf “cerca de 3.000”. Segundo Lari, os indígenas seriam “vários milhares”:

[...] seria imprudente indicar seu número exato. Alguns exploradores dizem que existem vários milhares, mas ninguém nunca conseguiu contá-los e os dados que oferecem não são confiáveis, pois nunca querem dar informações

exatas. Portanto, é impossível saber de quantas pessoas tinha em cada tribo (SACRA CONGREGAZIONE, 1929, p. 4).

Para atuar na prelazia foram designados, em 1930, os padres José Materni e João Baptista Du Dréneuf e o irmão Osvaldo Dell’Agnolo. (DU DRÉNEUF, 1940, p. 9). O decreto de execução foi expedido pela nunciatura apostólica em 26 de abril de 1930, sendo nomeado como administrador apostólico o padre João Baptista Du Dréneuf. Neste contexto, D. Aquino manifestou sua satisfação com a escolha por considerá-lo sábio, prudente, bondoso e zeloso (CORRÊA, 1985a, p. 115). Assim, com a chegada dos jesuítas, Diamantino passou a ter um pároco, após quase 50 anos de vacância, ou seja, desde 1870 (SILVA, 2011, p. 92). Dréneuf, após realizar pesquisas sobre o número de moradores de Diamantino, constatou que tinha 402 habitantes (SILVA, 2011, p. 93).

Após a divisão, a arquidiocese de Cuiabá ficou com oito paróquias, um território de 184.000 Km² e uma população de 59.935 habitantes (SACRA CONGREGAZIONE, 1929, p. 4-5). Em 1929, a Província Eclesiástica de Mato Grosso passou a ser constituída por uma arquidiocese (Cuiabá), duas dioceses (Cáceres e Corumbá) e três prelazias (Registro do Araguaia, Guajará-Mirim e Diamantino) e a hierarquia eclesiástica constituída por um arcebispo, três bispos e dois prelados.

As comemorações e as reações frente a criação da prelazia de Diamantino

A criação da prelazia foi comemorada por D. Aquino, pelo clero e pelas elites mato-grossenses, por ser considerada um indício de que o processo civilizatório estava em andamento em Mato Grosso. D. Aquino, para celebrar, publicou uma carta pastoral intitulada *A propagação da fé*, em que associou a criação da prelazia de Diamantino ao seu zelo missionário e à sua capacidade de liderança. Ao valorizar a sua autoridade, posição hierárquica e prestígio junto a Santa Sé, criava uma autorrepresentação ostentatória de si e da sua administração. Articulava, desta forma, uma propaganda, transformando a carta pastoral num *monumento*, isto é, um esforço para impor determinada autoimagem de si, não somente para seus contemporâneos, como também para a posteridade (LE GOFF, 1990).

Neste sentido, D. Aquino sempre se preocupou com a construção da sua imagem oficial e procurava exaltar sua autoridade e poder, suas qualidades pessoais e seu papel de líder da Igreja Católica em terras mato-grossenses. A criação da prelazia foi atribuída à sua iniciativa, à sua capacidade de negociação, à sua resiliência e às suas insistências junto a Nunciatura Apostólica e a Santa Sé. A nomeação de Du Dréneuf, como

administrador apostólico e o rápido provimento da prelazia foram atribuídos aos seus apelos ao Papa Pio XI, ou seja, à sua intervenção e influência (CORRÊA, 1985a, p. 114-115).

D. Aquino considerava que a criação da prelazia de Diamantino estava entre as maiores realizações da sua gestão, por ser uma das regiões “francamente povoadas, ou ainda habitadas por selvagens e pagãos, as quais constituíam máxima parte do território da Arquidiocese” e que estavam em “estado de abandono” (CORRÊA, 1985c, p. 294). Diante disso, teria feito o “possível” para “prover melhor ao bem espiritual do bom povo diamantinense” e que os limites impostos à sua ação pastoral teriam sido ocasionados pelas “circunstâncias” da arquidiocese (CORRÊA, 1985a, p. 126).

A criação da prelazia, portanto, fazia parte de uma cruzada internacional “santa e salvadora”, a partir da qual os católicos, sob o comando de Pio XI, combateriam “*todos os infieis*”, além dos erros, das superstições, das barbáries e da miséria espiritual dos pagãos (CORRÊA, 1985a, p. 123, 125, grifo do autor). Em Mato Grosso haveria terras pagãs onde o evangelho não fora anunciado e, como decorrência, havia a idolatria, e o diabo reinava triunfante, tendo como adoradores os indígenas. D. Aquino acreditava que o indígena, após ser cristianizado, passaria da superstição, do politeísmo e da idolatria ao monoteísmo, ou seja, de um estágio evolutivo inferior a outro, superior, e teria sua alma salva. Uma vez pacificado, civilizado e imbuído de sentimentos cívicos, o indígena poderia contribuir com o país e com a economia nacional. D. Aquino, assim, defendia a associação entre a Igreja Católica e o Estado na pacificação e integração dos índios, considerando a catequese religiosa mais eficaz e menos dispendiosa de recursos públicos que o SPI, pela dedicação e espírito de sacrifício e pelo civismo dos religiosos. Para o arcebispo, a criação da prelazia justificava-se por razões nacionalistas, cívicas e religiosas, associando, com isso, brasilidade com catolicidade.

A carta pastoral de D. Aquino foi, entretanto, criticada pelos editores do jornal *A Penna Evangelica*, publicado pela Igreja Presbiteriana de Cuiabá, que constantemente polemizava com o arcebispo e suas cartas pastorais, discursos e sermões eram comentados e deslegitimados, assim como a sua autoridade política, religiosa e literária. Na reportagem *A propagação da fé: Prelazia de Diamantino*, Demétrio de Phalero teceu inúmeras críticas ao retorno dos jesuítas a Mato Grosso, por considerá-los o “maior e mais terrível inimigo da humanidade e das ciencias”, e por difundirem a ignorância, a superstição, o fanatismo religioso, a “escravidão mental” e a intolerância, sendo considerados um obstáculo ao processo civilizatório, intelectual e moral das nações. Por

fim, lamentou: “Francamente, não [me] congratulo com o povo diamantinense, pela criação da nova prelazia” e desejava que a população continuasse “dando provas de firmeza de caracter e resignação, continuasse simples, sincero honesto e trabalhador”, ou seja, distanciado da ignorância e fanatismo dos jesuítas (PHALERO, 1931, p. 2-3).

Na reportagem *Ofensiva eficaz*, o articulista Alvaro F. Neves criticou as boas relações do governo brasileiro com a Santa Sé e os privilégios que a Igreja Católica estava conquistando no Brasil, apesar da separação entre a Igreja e o Estado. Denunciava-se a grande presença de padres e de bispos estrangeiros, aspecto que não permitia qualificá-los como brasileiros, sendo suas nomeações ameaças à soberania nacional, uma vez que seriam agentes de Roma que, infiltrados no Brasil, representariam um perigo invisível, devido à autoridade religiosa que exerciam (NEVES, 1937, p. 5-6). O que preocupava os Presbiterianos eram as crescentes aproximações entre a Igreja Católica e o Estado, constituindo-se uma ameaça às demais religiões.

Considerações finais

Os projetos de reordenamento da província eclesiástica de Cuiabá, assim como da criação da prelazia de Diamantino, envolveram disputas e tensões entre o episcopado e desses com a Santa Sé. A Santa Sé, apesar do interesse em aumentar o número de circunscrições eclesiásticas, sobretudo em áreas povoadas por indígenas, prezava pela manutenção da unidade do episcopado e procurava evitar incidentes diplomáticos. Os conflitos e as divergências sobre os territórios a serem desmembrados deveriam ser resolvidos para viabilizar a criação de uma nova circunscrição eclesiástica, embora retardasse o avanço institucional e das reformas católicas. No caso da prelazia de Diamantino, foram necessários vários ajustes, sendo apresentadas quatro propostas até obter a aprovação do representante pontifício, da Sagrada Congregação Consistorial e do pontífice. A diplomacia vaticana atuou para conciliar os diversos pontos de vistas, que eram desiguais, uma vez que a proposta de um arcebispo era valorizada em relação à de um bispo, devido à sua posição hierárquica superior.

Deve-se destacar a atuação dos representantes pontifícios que, apesar de priorizarem a proposta de D. Aquino, souberam contornar os diferentes interesses entre o episcopado, rever seus posicionamentos, corrigir os seus erros, compreender as singularidades de Mato Grosso e, por isso, conseguiram criar novas circunscrições eclesiásticas. Isto é, não havia coesão ou comunhão de interesses entre a hierarquia

eclesiástica e as políticas pastorais da Santa Sé e, dessa forma, eram frequentes os conflitos, os enfrentamentos, as resistências e os descontentamentos. A redefinição dos limites territoriais das arquidioceses, dioceses e prelazias era, muitas vezes, litigiosa, por representar perdas financeiras, caso a região fosse populosa e desenvolvida economicamente. Em Mato Grosso, as disputas também ocorriam quando a região era considerada salubre e com possibilidades de desenvolvimento econômico e social.

A criação da prelazia de Diamantino foi, assim, resultado de um longo trâmite burocrático e de negociações, que levaram vários anos, sendo necessários estudos que justificassem o desmembramento territorial e redefinições acerca do território e da população a serem incorporados à nova circunscrição. Foi necessário também superar as divergências entre os bispos, encontrar uma ordem ou congregação religiosa disposta a aceitar a sua administração, além de cumprir minimamente os pré-requisitos estabelecidos pelo Concílio de Trento (1545-1563) e pelo Concílio Plenário Latino-Americano (1899), tais como renda para sustentar o bispo, patrimônio inicial, etc. Por fim, era necessária a aprovação das várias instâncias da Cúria Romana e do pontífice.

Na década de 1920, as populações indígenas estavam sendo consistentemente assediadas, acirrando os conflitos com a sociedade dominante. A construção das linhas telegráficas e de estradas, o avanço da ocupação e das atividades extrativistas no Norte de Mato Grosso foram correlatos à invasão das suas terras, além da escravização, do extermínio, do tráfico humano, de maus tratos e dos assassinatos. Essas transformações geraram forte resistência de alguns grupos indígenas, intensificando os conflitos armados e os crimes contra eles. D. Aquino, ao valorizar o desenvolvimento e o progresso das regiões inexploradas de Mato Grosso, pretendia pacificá-los, por meio da evangelização, e favorecer o processo de expansão das fronteiras agrícolas, pecuárias e extrativistas. Além disso, a criação da prelazia de Diamantino era uma estratégia da Igreja Católica para assegurar a presença da Igreja Católica entre os indígenas e para civilizar, proteger, cristianizar e integrar as populações indígenas à sociedade.

Desta forma, a Igreja Católica atuaria como mediadora entre os conflitos com as etnias beligerantes, não para assegurar-lhes assistência, proteção, defesa dos seus territórios, respeito aos seus padrões culturais, punição aos crimes e a garantia de sobrevivência. O desejo de D. Aquino não era protegê-los, mas pacificá-los por meio da catequese e, assim, assegurar a expansão das atividades econômicas e a ocupação dos seus territórios. A proposta era vista, naquele contexto, como progressista por beneficiar garimpeiros, seringueiros, fazendeiros e grileiros e por assegurar o desenvolvimento

econômico, a expansão das fronteiras agrícolas, pecuárias e extrativistas e a ocupação das terras indígenas. Após pacificados e evangelizados, os indígenas seriam engajados no trabalho produtivo como trabalhadores rurais. Com isso, haveria avanços no progresso e na civilização de Mato Grosso.

A criação da prelazia de Diamantino atendeu interesses do Estado, das elites, dos grileiros, dos mineradores, dos extrativistas dos proprietários rurais e da Igreja Católica, que se expandia e se afirmava perante o Estado e o SPI. Foi também uma estratégia da Igreja Católica frente à expansão dos protestantes em Mato Grosso, que tornava o campo religioso e ideológico cada vez mais complexo, diversificado e competitivo. Neste sentido, a criação da prelazia de Diamantino extrapolava os objetivos religiosos, ao se inserir na reação conservadora e reacionária da Igreja Católica pela tutela e gestão das populações indígenas, contra a secularização da sociedade, a laicidade do Estado, a política indigenista do Estado, o SPI e a presença dos protestantes entre os indígenas.

Para D. Aquino, a expansão institucional em Mato Grosso comprovava o avanço do progresso e da civilização em Mato Grosso. A ampliação da hierarquia católica mato-grossense e a diminuição dos territórios eclesiásticos favoreceriam a implementação das reformas católicas e tornariam mais eficientes a gestão episcopal e o controle dos territórios eclesiásticos e das suas populações.

THE HOLY SEE AND THE CREATION OF THE PRELATURE OF DIAMANTINO IN MATO GROSSO (1929)

Abstract: The objective of this article is to analyze the creation of the prelature of Diamantino, in 1929, a project of archbishop Francisco de Aquino Corrêa to reorganize the Archdiocese of Cuiabá. The proposal was processed between the years 1925 and 1929, being reformulated four times due to disagreements between the Mato Grosso episcopate over territorial limits. In this context, the Holy See intended to expand the number of ecclesiastical circumscriptions and ensure the presence of the Catholic Church among the indigenous populations, but it prized the unity of the episcopate and, therefore, disagreements should be overcome through diplomatic negotiations. It is intended to contribute to the studies on the creation of new ecclesiastical circumscriptions in Brazil, especially in Mato Grosso. The sources that allowed the research development were obtained from the Hemeroteca Digital and from the Vatican Apostolic Archives.

Keywords: Holy See. Dioceses. Mato Grosso. Ecclesiastical Province of Cuiabá. Prelature of Diamantino.

LA SANTA SEDE Y LA CREACIÓN DE LA PRELATURA DE DIAMANTINO EN MATO GROSSO (1929)

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar la creación de la prelatura de Diamantino, en 1929, un proyecto del Arzobispo Francisco de Aquino Corrêa para reorganizar la Arquidiócesis de Cuiabá. La propuesta se tramitó entre los años 1925 y 1929, siendo reformulada cuatro veces debido a desacuerdos entre el episcopado de Mato Grosso sobre los límites territoriales. En este contexto, la Santa Sede pretendía ampliar el número de circunscripciones eclesiásticas y asegurar la presencia de la Iglesia católica entre las poblaciones indígenas, pero valoraba la unidad del episcopado y, por tanto, los desacuerdos debían superarse mediante negociaciones diplomáticas. Pretende contribuir a los estudios sobre la creación de nuevas circunscripciones eclesiásticas en Brasil, especialmente en Mato Grosso. Las fuentes que permitieron el desarrollo de la investigación se obtuvieron de la Hemeroteca Digital y del Archivo Apostólico Vaticano.

Palabras clave: Santa Sede. Diócesis. Mato Grosso. Provincia Eclesiástica de Cuiabá. Prelatura de Diamantino.

Referências

AQUINO, M. de. **Modernidade republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: a construção do bispado de Botucatu no sertão paulista (1890-1923)**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.

BARROSO, João Carlos. A mineração em Diamantino: dois séculos de riqueza e pobreza. *In:* BARROSO, João Carlos (org.). **Diamantino: do extrativismo à agricultura moderna**. Cuiabá: NERU/UFMT/SMEC. 2002. p. 11-65.

BAXTER, Michael. **Garimpeiros de Poxoréo: mineradores de pequena escala de diamantes e seu meio ambiente no Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

BIENNÈS, Máximo. **Uma Igreja na fronteira**. São Paulo: Loyola, 1987.

CORRÊA, Francisco de Aquino. A propagação da fé. *In:* SILVA, Corsíndio Monteiro da (org.). **Dom Francisco de Aquino Corrêa – Cartas Pastorais**. Brasília: Imprensa Nacional, 1985a. 3v., T. 1. p. 109-126.

CORRÊA, Francisco de Aquino. Carta ao meu vigário-geral. *In:* SILVA, Corsíndio Monteiro da (org.). **Dom Francisco de Aquino Corrêa – Cartas Pastorais**. Brasília: Imprensa Nacional, 1985b. 3v., T. 1. p. 217-225.

CORRÊA, Francisco de Aquino. Testamento do vosso arcebispo. *In:* SILVA, Corsíndio Monteiro da (org.). **Dom Francisco de Aquino Corrêa – Cartas Pastorais**. Brasília: Imprensa Nacional, 1985c. 3v., T. 1. p. 287-304.

DU DRÉNEUF, João Baptista. **Missão de Diamantino, 1930-1940**. São Paulo: Oficinas Gráficas Siqueira, 1940.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena**. Brasília, DF: Abravídeo, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora da Unicamp, Campinas, 1990.

MARIN, Jérri Roberto. Reflexões sobre a imprensa católica no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 197-217, mai./ago. 2018.

MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e o Serviço de Proteção aos Índios: as disputas entre a Igreja Católica e o Estado pela tutela e gestão das populações indígenas. **Revista História (São Paulo)**. Franca: UNESP, v. 40, 2021a, p. 1-30.

MARIN, Jérri Roberto. A Santa Sé e a criação de novas circunscrições eclesiais em 1892. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ano XIV, v. 14, n. 40, maio/ago., p 221-250, 2021b.

MARIN, Jérri Roberto (org.). **Circunscrições eclesiais católicas no Brasil: articulações entre Igreja, Estado e sociedade**. Campo Grande, Ed. UFMS, 2021c. p. 283-333. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3660>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

MARIN, Jérri Roberto. O núncio Alessandro Bavona e a criação da Província Eclesiástica de Cuiabá em 1910. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 26, p.539 - 568, 2021d.

MARIN, Jérri Roberto. A criação da prelazia de Registro do Araguaia em 1914: as ofensivas da Santa Sé frente ao Serviço de Proteção ao Índio. **Revista de História**, São Paulo, n. 181, p. 1-30, 2022.

MARIN, Jérri Roberto. A criação de dioceses no Brasil entre 1808 e 1840: debates acerca do direito do padroado e das relações do Brasil com a Santa Sé. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 27, n. 1, jan./abr. p. 108-122, 2023.

MONTERO, Paula. A catequese secular de Rondon. In: KURY, Lorelai & SÁ, Magali Romero. **Rondon inventários do Brasil 1900-1930**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio, 2017, p. 196-223.

OLIVEIRA, Daniel Freitas de. **O jornal A Cruz: imprensa católica e discurso ultramontano na Arquidiocese de Cuiabá (1910-1924)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. **A Santa Sé e o Estado brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SILVA, José de Moura e. **Diamantino: 283 anos**. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

Fontes

ASSISI, 1927. Archivio Apostolico Vaticano (A.A.V.). Indici 1153A, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile (A.N.B.), Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Raffaeli di Assisi para Egidio Lari, 4 abr. 1927 (tradução nossa).

BOURDOUX, 1926. Archivio Apostolico Vaticano (A.A.V.). Indici 1153A, Fondo della Nunziatura Apostolica in Brasile (A.N.B.), Busta 195, Fascicolo 1131. Carta de João Luiz Bourdoux para Giacomo Vicenzi, de 5 dez. 1926. (tradução nossa).

CORRÊA, 1926a. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Francisco de Aquino Corrêa para Egidio Lari, 18 out. 1926 (tradução nossa).

CORRÊA, 1926b. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Francisco de Aquino Corrêa para Egidio Lari, 21 out. 1926 (tradução nossa).

CORRÊA, 1927a. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Francisco de Aquino Corrêa para Egidio Lari, 14 mar. 1927 (tradução nossa).

CORRÊA, 1927b. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Francisco de Aquino Corrêa para Egidio Lari, 19 mar. 1927 (tradução nossa).

CORRÊA, 1927c. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Francisco de Aquino Corrêa a Egidio Lari, 7 jul. 1927 (tradução nossa).

DE LAI, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Gaetano De Lai a Wlodimir Ledóchowski, 30 dez. 1926 (tradução nossa).

DESMEMBRAZIONE, 1929. Archivio Segreto Vaticano. Indici 1289, Congregazione Consistoriale, Positiones, Brasile 1, dal 678/1910 al 503/1921, Sacra Congregazione Concistoriale, IV S. Luigi di Caceres – Porto Velho. Desmembratione ed erezione della Prelatura di Guajarà-Mirim, 28 febbraio 1929, n. 1000/25. (tradução nossa).

FALERO, Demetrio. A propagação da fé (Prelazia de Diamantino). **A penna evangelica:** nós prérgamos a Christo, Cuiabá, ano VI, n. 224, 31 jan. 1931, p. 2-3.

GALIBERT, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de D. Luiz Maria Galibert para Egidio Lari, 17 dez. 1926 (tradução nossa).

LARI, 1927a. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Egidio Lari para Raffaello di Assisi, 4 abr. 1927 (tradução nossa).

LARI, 1927b. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Egidio Lari para D. Francisco de Aquino Corrêa, 1 mai. 1927. (tradução nossa).

LARI, 1927c. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Egidio Lari para Gaetano De Lai, 7 jul. 1927 (tradução nossa).

LE BRÉSIL, 1924-1925. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 953. Le Brésil catholique Rapport Général et Etude Synthétique par le Visiteur E. R. P. Marcel Renaud S. J. 1924-1925. (tradução nossa).

MASSA, 1927. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino. Carta de Pedro Massa para Egidio Lari, 19 mar. 1927 (tradução nossa).

NEVES, Alvaro F. Ofensiva eficás. **A penna evangelica: nós prégramos a Christo**, Cuiabá, ano XII, n. 592, p. 5-6, 22 maio 1937.

NO LIVRAMENTO, **A Cruz: órgão da 'Liga Catholica' da arquidiocese**, Cuiabá, ano XVI, n. 696, p. 2, 11 out. 1925.

PADRE DU DRÉNEUF. **A Cruz: órgão da 'Liga Catholica' da arquidiocese**, Cuiabá, ano XIX, n. 831, p. 2, 13 jun. 1928.

PHALERO, Demetrio. A propagação da fé (Prelazia de Diamantino). **A penna evangelica: nós prégramos a Christo**, Cuiabá, ano VI, n. 224, 31 jan. 1931, p. 2-3.

PROGETTO, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 196, Fascicolo 1171. Progetto della prelatura di Diamantino (tradução nossa).

RENAUD, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 953. Marcel Renaud - .Rapport sur la province ecclesiastique de Cuyabá (Provincia Ecclesiast. Cuyaben). p. 43-68. (tradução nossa).

SACRA CONGREGAZIONE, 1926. A.A.V., Indici 1153A, A.N.B., Busta 168, Fasc. 914. Sacra Congregazione Consistoriale, Roma 14 maggio 1926, n; 248/26. (tradução nossa).

SACRA CONGREGAZIONE, 1929. A.A.V., Indice 1277, Congregazione Consistoriale Pomezia, 1929, f. 27. Sacra Congregazione Concistoriale, III Cuyabá (Brasile) Desmembratione dell'Archidiocesi ed Erezione della Prelatura di Diamantino. 21 Marzo 1929, n. 609/27. (tradução nossa).

VISITA, 1926. A.A.V., Indici 1153, A.N.B., Busta 173bis, Fascicolo 952. Sacra Congregazione Concistoriale, Brasile, Visita apostolica, jul. 1926.

SOBRE O AUTOR

Jérri Roberto Marin é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Recebido em 08/12/2022

Aceito em 15/05/2023